

# *A (não) aprendizagem da socialidade*

**Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto**

<mailto:gumaia@zaz.com.br>

Departamento de Psicologia

Universidade Estadual de Maringá - UEM

A proposta que me é feita é a de aliar o temário deste Encontro – aprendizagem, cognição, informação – ao assunto de minha atual pesquisa, psicanálise e sociedade, mais especificamente, a discussão dos textos ditos sociais de Freud.

Tarefa difícil, pois os estudos psicanalíticos pouco se debruçaram sobre o problema da aquisição de conhecimentos e, mais, se o seu objeto é o inconsciente, esse último é concebido como carente das noções de tempo, de espaço, de contradição e de representações de palavra. Isto é, o inconsciente psicanalítico é carente de verdadeiras noções e, mais, Freud cansou de afirmá-lo como ineducável. Entretanto, é verdade que o autor nunca negou que motivos inconscientes tivessem algum papel na *démarche* do saber e na aprendizagem. Os esquecimentos, os lapsos, as inibições, incluindo as inibições da aprendizagem, nunca deixaram de ser relacionadas ao conflito psíquico. Do mesmo modo, a teoria ou, melhor, a teorização – coisa paranóica, fantasia de controle – foi, em algumas ocasiões, explicada pelo criador da psicanálise como adiamento cada vez mais elaborado da consecução do desejo. O desejo de que fala Freud é o desejo sexual e é dessa maneira que podemos ver, em *Três ensaios sobre a sexualidade*, que o autor propõe a curiosidade sexual como o primeiro momento da vontade de saber.

Não obstante, a idéia do desejo, como motor da construção do conhecimento, por si só é insuficiente para dar forma a uma teoria da cognição.

Portanto, em muitos sentidos, "cognição, aprendizagem e informação" são temas distantes dos estudos psicanalíticos. Contudo, proponho um exercício. Sabemos que Freud tem uma série de textos onde busca discutir como é que o pequeno animal humano chega a ser sociável, como é que ele chega a pertencer ao mundo das instituições e dos códigos socializados. Chamemos isso de socialização ou, de maneira muito ampla, de aprendizagem da socialidade.

Ainda, a pretexto da temática do Encontro, utilizemos a palavra modelo, definindo-o como um jogo –um jogo de elementos que arrumamos e rearranjamos de maneira a simular uma certa realidade problemática que nos interessa. Esses elementos podem ser matemáticos, lógicos, lingüísticos, informáticos, imagéticos etc. e, mesmo, narrativos, mas são sobretudo analógicos.

Proponho, então, fazer aqui um certo comentário de algumas afirmações de Freud de maneira a interpretá-las, como modelos de "aprendizagem" da socialidade e buscar suas conseqüências.

São dois os modelos que proponho extrair: um primeiro é aquele ligado à idéia de instâncias psíquicas (*id*, *ego*, *superego*), que Freud formulou em 1923 e que se tornou bastante popular. O segundo diz respeito ao que o próprio autor chamou de mito, mito da horda primitiva.

O primeiro modelo, de que falo, é conhecido por "segunda tópica" ou teoria estrutural do psiquismo. De maneira um pouco diferente, prefiro chama-lo de **modelo da "vesícula"**. Isso porque, em 1920, em *Mais além do princípio do prazer*, o autor já dera início aos constructos que desaguarão nessa segunda tópica –esse segundo "mapa" da vida psíquica–, comparando o ser psíquico a uma espécie de ameba. Buscando explicar a consciência naquilo que ela tem de diferente de qualquer outra função psíquica, Freud propõe representar o organismo vivo como uma vesícula indiferenciada e excitável. Estando a sua superfície voltada para o exterior e frente às imposições externas, formar-se-ia uma espécie de casca endurecida, uma região superficial diferenciada com certa profundidade. Essa "casca" passaria a funcionar como proteção, como para-estímulos do organismo, isto é, como órgão receptor e de defesa. De interessante está que, no dizer de Freud, o organismo é não só atacado de fora, mas também de dentro. A sua homeostase é também ameaçada por um excesso de excitações provenientes de dentro e não tendo

uma proteção específica para o que é interno esse organismo psíquico reage analogamente, ou seja, defende-se do que vem de dentro da mesma forma com que reage contra o que vem de fora. Isto é, utiliza o seu para-excitações externas também em relação as excitações interiores.

O que temos aí, pois, é, na forma de uma membrana, a figura do *eu*, que, em 1923, Freud desenvolverá em *O ego e o id*. O *eu* seria justamente esse algo que toma forma a partir de um absolutamente indiferenciado interno transformado pelo choque com o mundo externo e a esse indiferenciado o autor atribui um nome bastante sugestivo: um *isso*, um pronomes que designa muito pouco.

O *eu*, então, Freud diz ser uma espécie de projeção da superfície do corpo, da pele, digamos. Essa pele pode ser vista, contudo, como uma pele psíquica, mais especificamente uma pele inter-subjetiva. Ora, Freud fala-nos também do *eu* como um depósito de identificações. Nesse sentido, o mundo exterior que atinge vesícula e a transforma é o outro sujeito. As exigências do mundo externo seriam, então, as injunções do outro, que nos excitam e dão forma ao que chamamos estímulos internos. Essas injunções, sabemos bem, começam desde os primeiros momentos em que nossas mães começam a erotizar a nossa pele, já na higiene do bebê. Portanto, trata-se de uma pele não só inter-subjetiva como desejante.

Entre as identificações do *eu*, de que fala Freud, há uma mais importante: aquela com o pai, situada na história mais precoce do sujeito. Segundo o autor, desde muito cedo, o menino –e o menino é o exemplo preferido de Freud– admira seu pai e quer ser como ele. Ser, à propósito, é o verbo mais adequado no que diz respeito a identificação. Ao mesmo tempo, deseja a mãe como objeto erótico, isto é, deseja tê-la e ter é o verbo mais adequado nas relações de objeto. Num determinado momento, esses dois movimentos se encontram e está gerado o que se conhece por complexo de Édipo, na sua forma mais simples e até simplista: o sujeito deseja o objeto-mãe e rivaliza-se com o outro da identificação, o pai. Nesse sentido, o pai é uma forma a ser mimetizada pela identificação, e, ao mesmo tempo, é o temido rival, no que concerne ao amor do objeto, tomando, para o menino, uma forte coloração de ambivalência emocional. Contudo, o que Freud não explica é como que uma figura identificatória não é também um objeto amoroso. Aliás, Freud até chega a explicá-lo, mas para fazê-lo é obrigado a supor que esse complexo de Édipo simples seja raro, sendo pois mais freqüente a existência de um conjunto de relações onde pai e mãe são ao mesmo tempo rivais e objetos eróticos para o mesmo sujeito. Isso alimentaria um jogo de relações onde o caráter do sujeito resultará num misto de identificação com ambos os pais e onde prevalecerá ou a homo ou a heterossexualidade, de acordo com tendências inatas que ainda não foram explicadas.

Mas, o que interessa nesse processo é que, na identificação, o *eu* "transforma-se" no rival e ao fazê-lo, toma, de forma imaginária, posse do objeto. Sendo assim, de alguma forma mimetizado ou, ao menos, contendo o objeto, o *eu*, apresenta-o para o seu mundo interno, o *isso*, como dizendo "ame-me, contente-se comigo, pois sou como o objeto". Esse seria, pois, na teorização freudiana o momento fundamental da humanização do pequeno ser, pois ao proceder a essa identificação, o sujeito levaria para dentro de si, de maneira perene, os valores de seu grupo, de sua classe, de sua nação. Essa identificação, ainda, pela sua força, pela magnitude de seu investimento ou, quem sabe, pela intensidade de sua dor e da negativa do ser à renúncia, funcionaria como um depósito, no *eu*, de tal extensão que o desdobraria na forma da gênese de uma outra instância, que Freud deu o bem adequado nome de superego. *Superego*, *supereu*, isto é, um além do *eu*, mas que é um outro e mesmo *eu*. A partir, então, da gênese do *supereu*, estamos todos legislados, ou seja, estamos psiquicamente presos ao tecido social de maneira que a Lei pode se fazer em nós, vigiando e punindo-nos internamente e nos colocando um ideal moral sempre inalcançável, pois ideal.

Até aqui, todos conhecemos bem o modelo. Ele tornou-se mesmo popular nas faculdades de Ciências Humanas e, em certos países, ele se alastrou pelas ruas. Quase todos já ouvimos falar desse famoso "ser moral" que é o *superego* e desse "ser amoral" que é o *isso*. Contudo, não é tão popular a complicação que os detalhes de sua gênese nos trazem.

O *supereu*, diz-nos Freud, é o herdeiro do complexo de Édipo. Ora, se é assim, ele representa para o mundo psíquico o complexo de Édipo com todos os seus elementos. Enquanto identificação, o *supereu* diria ao *eu*: "sê como teu pai", contudo, "há algo que ele faz que não podes fazer". Esse algo está ligado a interdição do incesto, "não podes ter tua mãe". O *supereu*, portanto, carregaria consigo a interdição mais fundamental de todas, a proibição do incesto. Mas, a complicação está no fato que, se o *supereu* é

herdeiro do complexo de Édipo e é apresentado ao *isso* como semelhante ao objeto, podemos concluir que ele carrega consigo um imenso paradoxo, ele contém, ao mesmo tempo e de maneira intensa, a proibição e o desejo, o não faça e o faça, em termos lacanianos, o goze e o não goze. Ora, para os nossos objetivos, o surgimento do *supereu* é o marco gerante da sociabilidade, todavia, um marco defeituoso, falido na origem, pois carrega consigo tanto a Lei como a sua não aceitação. É um pouco nesse sentido que podemos aceitar (de Lacan) que o *supereu* é uma caricatura de lei, uma falsa lei. Se, então, no plano psíquico o *supereu* é o suporte possível da Lei, de toda a lei, podemos conjecturar que nesse plano toda lei é falsa para o sujeito, que jamais irá aderir a ela plenamente.

De outro lado, isso não é tão simples; Freud diz-nos que nessa gênese do *supereu* haveria uma dessexualização da pulsão, o que daria fim a isso que nomeei paradoxo. Mas, esse processo ocorreria idealmente, de maneira que o autor pode afirmar que a maioria dos homens é bem pouco moral.

Mas, mesmo aceitando que o processo possa se dar de forma inteiramente exitosa e que esse subsistema, que é o *supereu*, tenha-se purificado plenamente dos desejos que o geraram, ainda está que Freud supõe que o *superego* é movido pela pulsão de morte e é a ela que ele deve toda sua rigidez excessiva. Rigidez essa que lhe daria, de fato, a feição de caricatura de lei. Ora, seria impensável compará-la a uma sentença ponderada de um juiz profissional. Na verdade, nosso juiz inconsciente é pouco justo e, pior, busca tirar partido da situação na forma de um intenso sado-masiquismo interno. Em caso extremo, isso nos tornaria incapazes para a vida social pois estaríamos ocupados em demasia com o conflito interno. De modo geral, nós, os ditos normais, vivemos um pouco essa situação e isso se manifesta nas nossas intolerâncias, na nossa timidez, nos nossos malogros em lidar com situações novas, nos fracassos amorosos, nos nossos insucessos antecipados e, sobretudo, no sentimento de inferioridade do qual poucos escapam. Ora, o sentimento de inferioridade é antes de tudo um sentimento de inadequação social. Não falo no fracasso da socialização apenas no que diz respeito ao indivíduo não se conter e violentamente infringir todas as normas, mas também no fato de delo violentar-se internamente.

O segundo modelo que busco extrair do texto freudiano relaciona-se, já foi dito, àquilo que o próprio autor denominou "mito científico". Eis aí uma expressão surpreendentemente paradoxal e prefiro trocá-la por **modelo narrativo**.

Trata-se de quando, em 1914, Freud arrisca-se a explicar o totemismo, isto é, o culto ao animal sagrado, seu eventual sacrifício e o conjunto de proibições sociais que dele emanam, sobretudo aquelas ligadas a interdição do incesto.

A idéia de narratividade se acentua, em *Totem e Tabu*, quando o autor, depois de várias considerações sobre a refeição totêmica, isto é, o sacrifício e a ingestão do animal sagrado entre vários povos, propõe-se a imaginar o "espetáculo" de uma dessas refeições. O clã está reunido, diz-nos, e celebra a cruel matança de seu animal totêmico e todos estão vestidos à sua imagem e o imitam de maneira a acentuar essa identidade. Cada um está consciente de que está fazendo algo proibido, matando o animal sagrado, e isso só é justificável porque todos estão participando. Quando termina a matança, diz-nos ainda Freud, os participantes caem em profundo estado de luto. Esse último seria obrigatório de maneira a evitar a desforra do totem, assim como a negar, de algum modo, a responsabilidade pelo crime. Entretanto, após um breve período de luto, o que sobrevém é um enorme regozijo, talvez explicável não só pelo alívio do luto cumprido, mas também pela alegria de ter-se incorporado a vida sagrada do totem.

Imaginada a cena, Freud passa a interpretá-la. Em psicanálise, diz o autor, o animal totêmico pode ser interpretado como um substituto do pai, com quem o filho mantém justamente um elo de sentimentos ambivalentes, tal como se vê, em relação ao totem, no ato de matar e prantear ao mesmo tempo. A esse comentário, Freud acrescenta a hipótese de Darwin e Atkinson de que o homem descenderia de uma espécie de símio que vivia em hordas, onde os jovens machos seriam proibidos de buscar fêmeas na própria horda, o que forçaria a exogamia. Posto isso, o autor introduz a hipótese, que ele mesmo reconhece que pode parecer fantástica – e que interpreto como sendo o arremate de sua narrativa –, de que nessas hordas de homínídeos haveria um pai violento que guardaria para si todas as fêmeas e iria expulsando os filhos na medida em que estes cresciam e que buscavam ser sexualmente ativos. Certo dia, e aí está a interpretação do repasto totêmico, os irmãos expulsos retornaram a horda, mataram e devoraram o pai, de maneira a extinguir a horda patriarcal. Mas esse pai primitivo, quando em vida, teria sido o modelo tanto temido como invejado do clã e, ao devorá-lo, os filhos teriam se identificado com ele, adquirindo parte de sua força. Como no complexo de Édipo de nossas crianças, os irmãos primeiros

odiavam o pai, visto que ele era tudo que prejudicava o seu anseio de poder e seu desejo sexual, mas, ao mesmo tempo o amavam. Depois de terem-se libertado, através do homicídio, e se identificado com ele, o amor que lhe tinham retornou na forma de sentimento de culpa. Aquilo, então, que era proibido de fora pelo pai aos filhos, passou a ser proibido de dentro pelos próprios filhos e para eles mesmos. A culpa filial criou o totemismo. Nesse último, o pai é quem seria pranteado e sua lei, a proibição do incesto e do parricídio, seria refeita e confirmada. Desse modo seu lugar seria mantido como sagrado, não podendo ser ocupado por ninguém, a não ser pelo totem e, depois, pelos deuses e pela moral. A cumplicidade do crime, a expiação coletiva da culpa e a identificação de todos com o pai criariam, assim, um pacto capaz de unir os filhos em um mesmo clã, em uma mesma tribo, isto é, criaria o social, unindo todos em torno de um mesmo totem, o pai, e, posteriormente, em torno dos deuses das religiões e da própria moral. Esse pacto, contudo, só teria sido possível após muitas lutas entre os irmãos na busca de ocupar o lugar do pai morto.

Podemos interpretar essa narrativa, e não sou o primeiro a fazê-lo, como a versão freudiana do contrato social: o homem sai do estado de natureza, onde prevalece a guerra de todos contra todos (Hobbes), e passa ao estado civil, onde predomina a instituição, ou seja, a lei, através de um pacto entre iguais.

Rousseau resume a sua versão do contrato na seguinte fórmula : " Cada um de nós submete, em comum, a sua pessoa e todo o seu poder à suprema direção da vontade geral ; e nós recebemos, como corpo, cada membro como parte indivisível do todo ". Esse é o corpo político que, na sua forma ativa é chamado Estado e, na sua forma passiva, soberano.

A consecução desse ato de associação ou a sua possibilidade engendram algo de novo :

" A passagem do estado de natureza ao estado civil produz no homem uma mudança notável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que lhes faltava antes. É somente então que a voz do dever sucede ao impulso e o direito ao apetite " .

Essa " voz do dever", já na narrativa de Freud, profere justamente o imperativo paterno, de não possuir as mulheres do pai, ou seja, o interdito do incesto. E, mais, de não ocupar o lugar do pai, o que vem a proibir o parricídio e a morte deliberada do animal totêmico.

Trata-se aí, para nossos objetivos, do tornar-se social, isto é, da socialização. Vista dessa forma podemos representá-la pela imagem do firmar o pacto social, isto é, por um modelo narrativo e, sobretudo, político.

Esse modelo também pode ser explorado no sentido de mostrar um certo fracasso, o fracasso geral da socialização. Isso pode ser mostrado pela existência dos sintomas neuróticos que nos acompanham a todos, em maior ou menor intensidade, significando o retorno do recalcado, o retorno incessante exatamente daquilo que foi barrado, constituindo-se num burlar, simbólico, mas constante, da lei que nos organiza. Mas não só isso, o próprio fato da necessidade que temos de confirmar todos os dias o contrato social, através de nossos pequenos rituais, mostra-nos esse malogro. Malogro no sentido de que a moralidade não se instala em nós definitiva e absolutamente, é preciso refazê-la e refazer diariamente o pacto.

Entre os exemplos mais eloqüentes desse refazer está o ritual da comunhão cristã, que não deixa de ser uma refeição totêmica. Nele, o crente religa-se a Deus ingerindo a sua carne e o seu sangue –e o vinho é o sangue da uva–, isto é, a sua substância e, ao fazê-lo, torna-se sagradamente unido ao seu igual. Torna-se unido ao outro sob a lei de Cristo, confirmando-a e confirmando seu pacto com ele. O ritual da missa e da Eucaristia também é um ritual da expiação, expiação de um pecado original e repetitivo, na versão de Santo Agostinho. Se é repetitivo, precisa ser sempre confessado e perdoado e, portanto, está sempre presente, denunciando que o pacto com a norma está sempre sendo traído, abjurado, e necessitando ser refeito. O pecado ou o erro moral, portanto, nos levam para um estado anterior ao contrato, se se quiser, anterior a socialização. Essa última, assim, todos os dias fracassa, levando-nos ao sentimento de culpa e é por isso mesmo restaurada. Essa restauração, contudo, não é também tão perfeita : em grande parte ela se faz através de nossos pequenos e desagradáveis rituais e de nossos sintomas neuróticos. O sentimento de culpa em si, que Freud descobre que é em grande parte inconsciente, é, de certo modo uma mostra do êxito e do insucesso simultâneos da socialização. É êxito porque instala no

sujeito o auto-julgamento e as raízes do que vai se desenvolver na consciência como o bem e o mal. É fracasso, primeiro, porque é exagerado e não depende da gravidade objetiva da falta cometida ; segundo, é fracasso também porque o fato da culpa sempre traz consigo a falta e a sua reincidência, mesmo que seja apenas em pensamento.

Estamos, aqui, então, de volta ao modelo da vesícula e ao fracasso do *supereu* como lei caricatural.

Nesse sentido, podemos concluir que não é que o sujeito não aprenda as normas sociais, no sentido de conhecê-las e registrá-las em sua estrutura cognitiva, mas isso não quer dizer que ele as tome plena e incondicionalmente para si. Isto é, o imperativo moral não seria tão universal e absoluto, mas seria pragmático, condicionado a algum ganho ou, pelo menos, à cessação das hostilidades do *supereu* e da angústia da culpa.

A socialização, portanto, possivelmente não se dá apenas num plano cognitivo, mas sobretudo num nível afetivo e simbólico. Assim, pelo que estamos vendo, ela faz-se, pois, num movimento de êxito e fracasso, de ir e vir, isto é, de firmar o contrato social e voltar atrás indefinidamente.

Digo que a socialização dá-se num nível sobretudo afetivo e o afetivo, de um ponto de vista freudiano, constitui-se muito mais em descarga da excitação do que em registros de memória. Contudo, podemos pensar que as maneiras da descarga dependem, evidentemente, de certos registros que a organizam. Mas, o fato é que a descarga não se comporta como esperamos tê-la "ensinado". Isso ocorreria, segundo Freud, porque, primeiro, os impulsos humanos seriam muito mais intensos do que todos os diques que possam cercá-lo e, segundo, porque a pulsão humana seria pouco plástica, aderindo de forma estática a certos objetos de amor e certas formas de prazer e resistindo enormemente a abandoná-los quando isso se faz necessário. É um pouco nesse sentido que somos obrigados a aceitar de Freud a idéia de que a educação é tarefa impossível.

### ***Referências Bibliográficas***

FREUD, S. El yo y el ello. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas (1923). Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 19.

FREUD, S. Más allá del principio de placer (1920). In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 17.

FREUD, S. Totem y tabu. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas (1914), Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 13.

FREUD, S. Tres ensayos de teoría sexual (1905). In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 7.

ROUSSEAU, J. J. *Du contrat social* (1762). Paris: Le livre de Poche, 1996.